

PUBLICIDADE



LEI Nº 4.358, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

**"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Balneário Camboriú para o Exercício Financeiro de 2020."**

Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1º** Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Balneário Camboriú, para o exercício financeiro de 2020, em R\$ 1.218.097.929,76 (um bilhão, duzentos e dezoito milhões, noventa e sete mil e novecentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos), compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal; e

II - o Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, entende-se por Seguridade Social o conjunto de ações destinadas a assegurar o direito à saúde, à previdência social e à assistência social.

Capítulo II  
DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção I  
Da Estimativa da Receita

**Art. 2º** A receita total estimada para o orçamento de 2020 é de R\$ 1.218.097.929,76 (um bilhão, duzentos e dezoito milhões, noventa e sete mil e novecentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 994.705.231,00 (novecentos e noventa e quatro milhões, setecentos e cinco mil e duzentos e trinta e um reais); e

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 223.392.698,76 (duzentos e vinte e três milhões, trezentos e noventa e dois mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta e seis centavos).

**Art. 3º** A receita estimada será realizada mediante a arrecadação de tributos, contribuições, receitas patrimoniais, de serviços, demais receitas correntes e receitas de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada por categoria econômica e origem, conforme Anexo I desta Lei, e anexos da Lei Federal nº 4.320/1964, distribuída entre administração direta e indireta conforme a seguir:

I - Administração Direta:

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 905.291.310,00 (novecentos e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil e trezentos e dez reais);
- b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 37.282.500,00 (trinta e sete milhões, duzentos e oitenta e dois mil e quinhentos reais)
- c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 1.452.526,40 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais e quarenta centavos);
- d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 286.101,00 (duzentos e oitenta e seis mil e cento e um reais)
- e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
- f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 2.225.000,00 (dois milhões e duzentos e vinte e cinco mil reais);
- g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 1.270.000,00 (um milhão e duzentos e setenta mil reais);
- h) Fundo Municipal de Trânsito: R\$ 10.382.100,00 (dez milhões, trezentos e oitenta e dois mil e cem reais);
- i) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- j) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 25.599.896,00 (vinte e cinco milhões, quinhentos e noventa e nove mil e oitocentos e noventa e seis reais); e
- k) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

II - Administração Indireta:

- a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos: R\$ 158.657.776,36 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos);
- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 74.519.220,00 (setenta e quatro milhões, quinhentos e dezenove mil e duzentos e vinte reais);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 110.500,00 (cento e dez mil e quinhentos reais); e
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais).

Seção II  
Da Fixação da Despesa

**Art. 4º** A despesa total fixada para o orçamento de 2020 é R\$ 1.218.097.929,76 (um bilhão, duzentos e dezoito milhões, noventa e sete mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos), distribuída entre o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 890.814.126,76 (oitocentos e noventa milhões, oitocentos e quatorze mil, cento e vinte e seis reais e setenta e seis centavos); e

II - Orçamento da Seguridade Social: R\$ 327.283.803,00 (trezentos e vinte e sete milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e três reais).

**Art. 5º** A despesa fixada será realizada obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica da despesa, conforme demonstrado pelos Anexos I a X que integram e acompanham esta Lei.

Parágrafo único. A despesa será fixada entre as unidades gestoras da administração direta e indireta conforme demonstrado abaixo:

I - Administração Direta:

- a) Prefeitura Municipal: R\$ 667.740.226,40 (seiscentos e sessenta e sete milhões, setecentos e quarenta mil, duzentos e vinte e seis reais e quarenta centavos);
- b) Fundo Municipal de Saúde: R\$ 200.708.561,60 (duzentos milhões, setecentos e oito mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta centavos);
- c) Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 3.043.061,40 (três milhões, quarenta e três mil, sessenta e um reais e quarenta centavos);
- d) Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente: R\$ 1.516.821,00 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil e oitocentos e vinte um reais);
- e) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: R\$ 6.375.000,00 (seis milhões trezentos e setenta e cinco mil reais);
- f) Fundo Rotativo do Bem Estar Social: R\$ 2.434.000,00 (dois milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil reais);
- g) Fundo Municipal de Turismo: R\$ 4.985.017,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e cinco mil e dezessete reais);
- h) Fundo Municipal de Trânsito: R\$ 29.082.100,00 (vinte e nove milhões, oitenta e dois mil e cem reais);
- i) Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);
- j) Fundo de Assistência à Saúde do Servidor Público: R\$ 25.343.896,00 (vinte e cinco milhões, trezentos e quarenta e três mil e oitocentos e noventa e seis reais);
- k) Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros: R\$ 2.884.600,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos reais); e
- l) Câmara Municipal: R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais).

II - Administração Indireta:

- a) Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais: R\$ 158.667.776,36 (cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos);
- b) Empresa Municipal de Água e Saneamento: R\$ 80.705.000,00 (oitenta milhões e setecentos e cinco mil);
- c) Fundação Cultural de Balneário Camboriú: R\$ 2.753.530,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e três mil e quinhentos e trinta reais); e
- d) Fundação Municipal de Esportes: R\$ 8.358.340,00 (oito milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e trezentos e quarenta reais).

Capítulo III

DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

**Art. 6º** Fica autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares, conforme disposto no artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, por decreto emitido pelo Poder Executivo, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do orçamento das despesas, utilizando como fontes de recursos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - o excesso de arrecadação;

III - a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, desde que não comprometidas;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas.

§ 1º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, conjugando-se, ainda, o valor dos Restos a Pagar cancelados no exercício, observada a Destinação por Fonte de Recurso, conforme disposto no inciso V, artigo 32 da Lei Municipal nº 4.315/2019.

§ 2º Entende-se por excesso de arrecadação, para os fins do inciso II deste artigo, o saldo positivo das diferenças acumuladas mês a mês entre a arrecadação prevista e a realizada, considerando-se, ainda, a tendência do exercício. A apuração do excesso de arrecadação será realizada por fonte de recurso.

§ 3º A abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação, em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000, será utilizada exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, conforme disposto parágrafo único do artigo 8º com a identificação da fonte de recurso possibilitando a escrituração individualizada em consonância com o inciso I do artigo 50 desta Lei.

§ 4º Excluem-se do limite disposto no caput deste artigo, a abertura de créditos adicionais decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 5º Os recursos recebidos provenientes de convênios não previstos no orçamento da Receita, quando estritamente relacionado ao objeto do convênio, poderão ser utilizados, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, como fontes de recurso para abertura de crédito adicional, ainda que o quadro de excesso de arrecadação se apresente aquém do estimado, conforme previsto na Lei Municipal nº 4.315/2019.

§ 6º A anulação total ou parcial de dotações orçamentárias é compatível com o disposto no § 10 do art. 165 da Constituição Federal a fim de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar ou transferir recursos dentro da mesma categoria de programação, através de Decreto do Chefe do Poder Executivo, nos limites estabelecidos no artigo 6º desta Lei.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se por categoria de programação o órgão, a unidade, a função, a subfunção, o programa e a ação, podendo ser projeto, atividade ou operação especial.

**Art. 8º** O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos e respectivos detalhamentos.

**Art. 9º** A reabertura dos créditos adicionais especiais e extraordinários, conforme disposto no §2º do art. 167 da Constituição Federal, abertos nos últimos 4 (quatro) meses do exercício anterior, poderá ser efetivada no exercício financeiro seguinte, mediante ato do chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 10.** Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes dispostos no demonstrativo de riscos fiscais e providências da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite para cada evento de passivo contingente especificado no demonstrativo de riscos fiscais e providências.

§ 2º Não se efetivando os passivos contingentes e demais riscos fiscais previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender os demais riscos fiscais passivos, desde que tenha reserva de recursos financeiros para os mesmos.

**Art. 11.** Os recursos da Reserva de Contingência da Unidade Gestora Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Balneário Camboriú - BCPREVI, não tratados no artigo anterior, serão destinados à formação de reservas matemáticas, visando garantir o pagamento dos benefícios previdenciários futuros.

#### Capítulo IV

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

**Art. 12.** Em cumprimento ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica autorizada a contratação de operações de créditos.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo fica condicionada ao limite de endividamento do município e demais limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### Capítulo V

#### DA AUTORIZAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE TERMOS, ACORDOS E CONVÊNIOS

**Art. 13.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio, acordo, termo de parceria ou cooperação, desde que comprovado o interesse público municipal, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

**Art. 14.** O poder Executivo Municipal poderá firmar, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta, convênio com outras esferas de governo, visando ao desenvolvimento de programas de governo.

**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros a instituições privadas sem fins lucrativos, educativo, cultural, assistencial, recreativo, saúde, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo, conforme previsto no artigo 36 da Lei Municipal nº 4.315/2019.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros do tesouro municipal às instituições privadas sem fins lucrativos está condicionada a observância dos artigos 36 e 37 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020.

Capítulo VI  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 16.** Passam a integrar esta Lei, os seguintes Anexos:

I - Anexo I - Sumário geral consolidado da receita por fonte e da despesa por funções de governo;

II - Anexo II - Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;

III - Anexo IV - Despesa por unidade gestora;

**Art. 17.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020.

Balneário Camboriú(SC), 17 de dezembro de 2019, 170º da Fundação, 55º da Emancipação.

FABRÍCIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

NOTA: OS ANEXOS DESTA LEI MUNICIPAL ENCONTRAM-SE À DISPOSIÇÃO NO PAÇO MUNICIPAL - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL.

*Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 20/12/2019*

*Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.*

PUBLICIDADE